

ANE  
JOF 3  
25 MAR 1987

# Mandato de seis anos tem defesa no Senado

JORNAL DE BRASÍLIA

A bancada do PFL no Senado divulgou ontem uma nota oficial favorável à manutenção do mandato de seis anos para o presidente José Sarney, sob o argumento de que o seu direito de cumprir até o final o tempo de governo que lhe foi conferido pelo Colégio Eleitoral, juridicamente, é o mesmo assegurado aos demais detentores de cargos eletivos — os deputados estaduais e federais, senadores, governadores, prefeitos e vereadores. “Esta é a posição que tomamos desde logo e que defenderemos no curso dos debates e votação da nova Constituição da República”, diz o documento.

A nota, divulgada após uma reunião da bancada que discutiu as negociações com o PMDB em torno dos cargos da Mesa da Constituinte, ontem pela manhã, afirma que esta questão “transcende a duração do mandato do atual chefe de Estado porque abrange um universo rigorosamente maior: o princípio da intocabilidade do exercício de mandatos eletivos constitucionalmente assegurados”. Segundo os senadores pefelistas, o mandato de Sarney é “insuscetível de questionamento” e configura “uma situação jurídica definitivamente esclarecida”.

## A assembleias anteciparão posição

São Luís — Presidentes de assembleias legislativas de estados do Norte e Nordeste vão se reunir em São Luís, no mês de abril próximo, antecipando o posicionamento que a União Parlamentar Interestadual (UPI) tomará em Manaus, sobre a duração do mandato do presidente Sarney. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, Ricardo Murad (PFL), que cuida dos preparativos desde o mês passado.

Murad informou que um documento sobre a pauta da reunião de São Luís será distribuído também a todas as lideranças partidárias das duas regiões. Entre os temas alinham-se autonomia dos estados e municípios, fortalecimento do Poder Judiciário, com a agilização da Justiça, transformação das assembleias estaduais em órgãos fiscalizadores do Executivo, especialmente na aplicação dos percentuais orçamentários em áreas prioritárias, como saúde e educação.

O presidente da Assembleia Legislativa maranhense, particularmen-

te, acha que Sarney deve governar por seis anos e até justificou o ponto de vista que defenderá no encontro com seus colegas de outros estados:

— Se os constituintes pretendem reduzir o mandato do presidente, numa discussão puramente de interesses, por que não aplicam também a lei no caso da definição de seus próprios mandatos, já que os atuais deputados são garantidos por uma Constituição herdada do período autoritário?

Murad questiona o fato de a Constituição federal que se tenta aplicar para determinar o mandato de Sarney “ser a mesma utilizada pelos parlamentares que defendem os seus mandatos”. “No bojo dessa Constituinte — ponderou —, há senadores biónicos com direitos assegurados de decisão e voto. Portanto, a meu ver, a Constituinte não é absoluta e nem foi feita para sê-lo. Trata-se do produto de um consenso político jamais havido na história brasileira, para que pudéssemos atravessar a transição”.